

O estudo dos arquivos nas interfaces entre comunicação, história e saúde

The study of the archives in the interfaces between communication, history and health

L'étude des archives dans las interfaces entre la communication, l'histoire et la santé

Igor Sacramento^{1,2,a}

igor.sacramento@icict.fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0003-1509-4778>

Luciana Heymann^{3,b}

luciana.heyman@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-5715-8824>

Ana Paula Goulart Ribeiro^{4,a}

goulartap@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9341-4629>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^a Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

^b Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Arquivo; Memória; Saúde; Comunicação; História.

Keywords: Archive; Memory; Health; Communication; History.

Mots-clés: Archive; Mémoire; Santé; Communication; Histoire.

O arquivo é o local para o armazenamento de documentos e registros. Com o surgimento do Estado moderno, tornou-se o depósito do material a partir do qual foram construídas as memórias nacionais. Como explica Mike Featherstone (2006), o termo arquivo refere-se ao local onde os registros do governo são armazenados. Foi inicialmente concebido como o local onde os registros oficiais eram guardados e mantidos em sigilo. O arquivo fazia parte do aparato de regras e regulamentos sociais, facilitou a governança do território e da população por meio de informações acumuladas. Ao mesmo tempo, ao lado da governança territorial de origem, havia também arquivos sobre relações exteriores para sustentar o Estado em relação a outros Estados e impérios. A inteligência do Estado tornou-se mais importante e formalizada, intensificando e globalizando as lutas de poder pela hegemonia. A coleta de informações por parte do Império Britânico, por exemplo, exigia algo mais amplo do que uma instituição. vários tipos de conhecimento local do Império e de suas fronteiras, juntamente com o conhecimento detalhado da estrutura de seus rivais, que incluía material obtido ou pirateado de arquivos chineses, indianos e outros (HEVIA, 1998). Do ponto de vista dos Estados-nação europeus emergentes, à medida que se aproximaram e depois se envolveram em uma

luta globalizada pelo poder, a construção de arquivos pode ser vista como uma forma de promover a governamentalidade e a regulação das populações internas e coloniais, além de fornecer informações sobre política externa (FOUCAULT, 2008).

Nesse contexto, a definição de arquivo da escravidão de Saidyia Hartman (2020, p. 27): “o arquivo da escravidão repousa sobre uma violência fundadora. Essa violência determina, regula e organiza os tipos de afirmações que podem ser formuladas sobre a escravidão e também cria sujeitos e objetos de poder”. Hartman descreve a marca da escravidão em todos os setores da sociedade, conforme evidenciado em arquivos históricos que podem ou não existir. Assim, o arquivo vive através da estrutura social da sociedade e de seus cidadãos. Hartman descreve esse processo em detalhes em *Lose Your Mother*:

Eu queria voltar minha atenção para o passado, sabendo que seus perigos e riscos ainda ameaçavam e que, mesmo agora, vidas estavam ameaçadas. A escravidão havia estabelecido um padrão de homem e uma hierarquia de vida e de valor que ainda não foi desfeito. Se a escravidão persiste como um problema na vida política da América negra, não é por causa de uma obsessão de quem coleciona antiguidades por tempos muito antigos ou devido ao fardo de uma memória muito longa, mas porque vidas negras ainda são postas em risco e desvalorizadas por um cálculo racial e uma aritmética política que foram enraizados séculos atrás. Esta é a vida após a morte da escravidão – oportunidades de vida distorcidas, acesso limitado à saúde e à educação, morte prematura, encarceramento e empobrecimento. Eu também sou a vida após a morte da escravidão (HARTMAN, 2007, p. 6, tradução nossa).

No arquivo da escravidão, Hartman (2007) encontrou um paradoxo: o reconhecimento da humanidade e do *status* do escravizado como sujeito se estendeu e intensificou a servidão e a desapropriação. Nesse arquivo, é possível sentir a força e a desfiguração da escravidão no presente. Para ela, a vida do cativo e dele como mercadoria certamente não foi o seu passado, mas sim o limiar de sua entrada no mundo. Seu alcance e reivindicação não poderiam ser isolados como o que aconteceu. A relação entre a escravidão e o presente é aberta, inacabada, conflituosa. O domínio da escravidão foi o que Hartman (1997) definiu precisamente como a crise da categoria da carne humana e da mercadoria como a existência dos escravizados, e essa situação de valor e fungibilidade iria sombrear seus descendentes, os enegrecidos e os despossuídos (FANON, 2022). Os arquivos da escravidão racial atendem ao seu terror difuso e às divisões que o próprio regime escravocrata criava entre a vida e a não vida. As cenas de sujeição desvendam uma violência espetacular – as chicotadas no pelourinho, a tortura, o estupro e a brutalidade onipresentes, os rituais públicos de linchamento e desmembramento, o vasto arsenal de instrumentos empregados para ferir e mutilar, as perseguições, as infinitas variações de humilhação e desonra, e as exibições compulsivas do corpo quebrado e violado – os quais eram todos endêmicos da escravidão e a chave para o cultivo do sentimento antiescravagista e uma pedagogia antirracista.

O crescimento da população no século XVIII foi acompanhado pelo crescimento do poder disciplinar, no sentido do surgimento tanto de novas disciplinas para registrar e analisar as características das populações (estatística, demografia, penologia, criminologia etc.), quanto de locais e complexos institucionais nos quais esse conhecimento foi aplicado para disciplinar e normalizar os corpos (prisões, escolas, clínicas, hospitais, asilos, quartéis etc.) também como corpos individuados (DELANDA, 2003). As características das pessoas foram observadas, registradas e armazenadas nos arquivos. Cada indivíduo foi distinguido dos outros pelo histórico de seu próprio caso. O indivíduo foi formado como uma categoria de conhecimento por meio dos registros de casos acumulados (o arquivo) que documentaram histórias de vida individuais dentro de um nexos institucional particular, como uma escola, prisão, hospital ou, de modo mais geral, por meio de agências governamentais de bem-estar ou segurança. A discussão de Foucault (1978) sobre o notório caso dos múltiplos assassinatos cometidos por Pierre Rivière, na França, em meados do século XIX, e as maneiras pelas quais esse arquivo individual foi construído e investigado por uma ampla gama de especialistas podem ser vistas como um passo significativo nesse processo de anamnese e formação de arquivo. A vida

das pessoas passou a ser vista como singularidades. Elas foram identificadas e individualizadas por meio de seus prontuários ou fichas, que foram armazenados como parte de uma série nos arquivos. Com efeito, tratava-se de uma nova forma de poder, baseada não na ideologia do individualismo, mas na realidade da individuação, na medida em que populações inteiras, seus corpos e histórias de vida eram documentados, diferenciados e registrados no arquivo. No século XX, com a expansão do poder do Estado no contexto de fortes rivalidades internacionais e guerras mundiais, o Estado definiu sua situação como um permanente estado de emergência. Os Estados não só buscaram uma maior mobilização das populações, mas também buscaram, por meio da vigilância e do monitoramento, acumular arquivos e bancos de dados que pudessem fornecer as informações que supostamente os protegeriam contra seus inimigos e influências subversivas. Pensemos, por exemplo, nos arquivos produzidos pelas ditaduras militares, como forma de registro e vigilância.

Os arquivos são instituições que expressam relações de poder. Silêncios, esquecimentos, apagamentos e invisibilidades não são elementos neutros na construção de suas fontes e fundos; como também não são neutras as formas como esses elementos lembram e tornam visíveis certos indivíduos, grupos sociais, instituições e acontecimentos históricos. A partir deles podemos perceber questões como a negociação entre memória e esquecimento, o direito ao uso e à privacidade de dados pessoais e a luta por reconhecimento e prevalência de dinâmica de poderes e interesses. Em um momento no qual vozes minorizadas são caladas, muitas vezes à força e de forma violenta, há que se ressaltar a importância dos processos de arquivamento de suas experiências como sujeitos históricos e o papel das instituições de memória. A ideia de arquivo como memória coletiva é, por vezes, empregada como metáfora para discutir o papel social e cultural dos arquivos. Aqui, argumenta-se que a ideia é mais do que apenas uma metáfora. O conceito é sustentado por teorias que veriam coleções de documentos como artefatos materiais que possibilitam estender o alcance temporal e espacial da comunicação. Arquivos, juntamente com outros recursos comunicacionais, como oralidade, tradição e ritualidades, ajudam a fazer circular informações – e assim sustentar a memória – sobre o passado e a projetar memórias para o futuro.

Ao longo do século XX, cada vez mais as fronteiras entre o arquivo e a vida cotidiana tornam-se indistintas por meio de tecnologias de gravação e armazenamento digital. Não apenas o volume de material de arquivo gravável aumenta dramaticamente (por exemplo, a Internet), mas o volume de material considerado digno de arquivamento também aumenta, à medida que os critérios do que pode ou deve ser arquivado se expandem. A vida torna-se cada vez mais vivida à sombra do arquivo.

Entre o tempo em que a palavra “arquivo” evocava um “passado empoeirado” (CHABIN, 1996) e o início da era do “todo-arquivo” (HOOG, 2009), uma mudança parece ter ocorrido em nossa abordagem do passado. Em algum momento entre as duas eras, a transformação digital da sociedade passou a se impor de forma contundente. Agora objeto de estudo em todas as ciências humanas e sociais, o arquivo está atualmente no centro de nossas atividades diárias e práticas institucionais. “Salvar” e “gravar” são termos que usamos todos os dias em nossas relações com as tecnologias digitais. “Memória” (seja memória coletiva ou memória digital), “dados”, “vestígios” e “patrimônio”: tais são as palavras-chave do nosso presente. Hoje, dizemos “arquivar” em vez de “apagar”, tendo mesmo o apagamento se tornado, para os nossos dispositivos digitais, mais complicado do que o arquivamento, pelo menos no que diz respeito à lógica da computação. De fato, nesta era digital, vivemos em uma sociedade arquivística: qualquer produção digital será arquivada automaticamente (MAYER-SCHÖNBERGER, 2009), e muitas de nossas práticas diárias são rastreáveis na forma de registros digitais (MERZEAU, 2009). A digitalização massiva de arquivos e documentos originalmente não digitais tem direcionado a atenção da sociedade e de estudiosos para práticas institucionais e acadêmicas que visam tornar acessíveis dados outrora condenados a serem consultados de forma menos eficiente. A digitalização parece assim concretizar uma orientação já em curso

desde a era da reprodutibilidade técnica: a proliferação física de reproduções através de uma multiplicidade de suportes. No entanto, o início da era do todo-arquivo já havia feito incursões no início do século XX, quando a era da reprodutibilidade técnica garantiu a acessibilidade e o impacto potencial de qualquer produção cultural. Assim, o que parece estar no cerne dos desenvolvimentos técnicos que acompanharam o surgimento da tecnologia digital e que renovaram as tendências patrimoniais da sociedade não é, sem dúvida, a conservação, mas sim a transmissibilidade dos conteúdos – sendo a gravação mais um meio para conseguir efetivá-la, preservando, para poder transmitir, o que se arriscaria a perder. A dimensão da conservação é inseparável da transmissão na própria definição de patrimônio (TRELEANI, 2017). Além disso, a preservação está sujeita à incerteza ligada à durabilidade dos novos suportes de armazenamento: os suportes digitais, que são menos duradouros do ponto de vista técnico (a desmagnetização dos discos rígidos acarreta uma possível perda de dados no espaço de poucos anos), permitem, no entanto, uma acessibilidade mais eficiente.

Este dossiê Arquivo, memória e saúde procura lançar olhares críticos às políticas, aos processos e às práticas de arquivamento relacionados a documentos que versam sobre saúde. Também integra o escopo de possibilidades de análise da discussão sobre as transformações nos arquivos de instituições de saúde no contexto da cultura digital contemporânea.

Sua origem se deu em um colóquio organizado por nós intitulado “Arquivo, memória e sociedade”. Em 26 de agosto de 2022, o evento recebeu os pesquisadores franceses Agnès Magnien (Inspetora Geral de Assuntos Culturais do Ministério da Cultura da França desde setembro de 2021), Pascal Cesaro (Professor Associado de Estudos Cinematográficos na Universidade de Aix-Marseille) e Catherine Gonnard (jornalista e documentalista do Instituto Nacional do Audiovisual – INA), que promoveram uma discussão sobre a reutilização de fontes audiovisuais, as migrações entre diferentes mídias e o valor associado a esses arquivos e a seus circuitos de transmissão e recepção. O colóquio foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa Arquivo-Mídia-Imagem-Sociedade (AMIS), que reúne diversas instituições brasileiras e francesas das áreas de comunicação, história e ciência da informação.

O dossiê abre com o texto de Agnès Magnien que, ao participar do evento, decidiu submeter uma proposta de trabalho à Reciis. A autora afirma que os arquivos estão no centro de práticas e políticas contraditórias por dois movimentos principais: por um lado, produção massiva, coleta imediata, exploração instantânea e publicação aberta; por outro, esquecimento, destruição ou negligência, fechamento de acesso. O artigo trabalha essas contradições analisando, antes de tudo, o arquivo como lugar do visível e do invisível das sociedades.

Na sequência, Luciana de Almeida Cunha, Franceli Guaraldo e Priscila Ferreira Perazzo exploram como a pandemia da covid-19 gerou aumento de repositórios de dados digitais que registram a memória das pessoas sobre a pandemia, originando diversas comunidades virtuais que promovem a produção de memórias por meio do envio de relatos de histórias de vida em diversas mídias.

No âmbito de estudos sobre arquivos e pandemias, Marcela Barbosa Lins e Ângela Cristina Salgueiro Marques promovem um exercício crítico e criativo de análise dos registros de arquivos sobre a febre amarela e a gripe espanhola, nos acervos da Fundação Oswaldo Cruz, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, observando as tensões entre a catástrofe e a melancolia dos eventos arquivados.

Por fim, Andrea Cristiana Santos e Jônatas Pereira do Nascimento Rosa analisam a produção da jornalista Eliane Brum como uma operação de memória, na qual a repórter seleciona o que deve ser lembrado a respeito dos impactos da pandemia de covid-19 e das violações do direito à saúde do povo Yanomami.

REFERÊNCIAS

CHABIN, Marie-Anne. **Archiver et après?** Paris: Djakarta Editions, 2007.

DELANDA, Manuel. The Archive Before and After Foucault. In: BROUWER, Joke; MULDER, Arjen (org.). **Information is Alive**. Rotterdam: V2, 2003.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2022.

FEATHERSTONE, Mike. Archive. **Theory, Culture & Society**, London, v. 23, n. 2-3, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263276406023002106>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276406023002106>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978- 1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARTMAN, Saidiya. **Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Trade Route** Terror. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of Subjection: Terror, Slavery and Self-Making in Nineteenth-Century America**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 2-33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 26 jun. 2023.

HEVIA, James. The Archive State and the Fear of Pollution: From the Opium Wars to Fu-Manchu. **Cultural Studies**, v. 12, n. 2, p. 234-264, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1080/0950238983355555>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0950238983355555>. Acesso em: 26 jun. 2023.

HOOG, Emmanuel. **Mémoire Année Zéro**. Paris: Seuil, 2009.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor. **Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

MERZEAU, Louise. Du signe à la trace. L'information sur mesure. **Hermès**, n. 53, p. 21-29, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4267/2042/31471>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2009-1-page-21.htm>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TRELEANI, Matteo. **Qu'est-ce que le patrimoine numérique?** Une sémiologie de la circulation des archives. Lormont: Le bord de l'eau, 2017.